



ÁFRICA AUSTRAL — EVOLUÇÃO E CRISE

Ivan Ferreira Neiva Filho

O artigo apresenta um estudo sucinto da África Austral, em particular dos seus aspectos políticos. Contém informações úteis para o entendimento das crises que desde alguns tempo, se transformaram em lugar comum no continente africano.

A África Austral tem ocupado, ultimamente, lugar de destaque nas manchetes dos noticiários. As eleições na África do Sul, a guerra civil em Angola, a independência na Namíbia e o processo de pacificação em Moçambique foram alvos da observação de todo o mundo.

A porção sul do Continente Africano tem sido um caldeirão onde as crises tem gerado miséria, morte e destruição.

A guerra fria, que poucas vítimas fez entre os seus reais contendores, teve na África Austral um de seus campos de batalha mais sangrentos. Antigas diver-

gências étnicas e guerras de libertação contra o colonizador tornaram-se conflitos ideologizados, agravados pela presença de governos racistas e ditatoriais, que se davam o direito de interferirem de maneira violenta na política interna dos vizinhos.

Esta região defronta-se com o território brasileiro, compartilhando conosco o Atlântico Sul. Além disso, grande parcela de nossa população possui suas origens naquela área, trazidos que foram pelos traficantes de escravos. Compreendê-la torna-se, portanto, um imperativo para nós.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O termo África Austral é empregado para delimitar um conjunto de países do sul do continente cujas políticas internas e externas tornaram-se, com o passar do tempo, extremamente inter-relacionadas e interdependentes.

Incluem-se nesta região os seguintes países: República da África do Sul, Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Geo-

graficamente, poderiam ser incluídos o Zaire e Madagascar. Esses países, contudo, não têm participado dos mecanismos políticos e econômicos regionais.

A área total engloba, aproximadamente, 7.000.000 km², com uma população de cerca de 125.000.000 de habitantes, de origem bantu, com alguma presença dos primeiros povoadores da área, os hotentotes e bosquímanos. A população branca é minoria, sendo originária das antigas metrópoles colonizadoras. Há parcelas de asiáticos (indianos) e árabes (Ver quadro nº 1).

Quadro nº 1 — ÁFRICA AUSTRAL

PAÍS	ÁREA 1.000km ²	POPULAÇÃO (1.000 hab)	CAPITAL	PRINCIPAIS IDIOMAS
África do Sul	1.221	39.818	Pretória, Cidade do Cabo, Bloefontein (*)	africaner e inglês (oficiais); zulu, xhosa e outros idiomas bantu.
Angola	1.246	9.888	Luanda	português (of) e dialetos bantu
Botswana	581	1.313	Gaberone	setswana (nacional) e inglês (oficial)
Lesotho	30	1.836	Maseru	sotho e inglês (oficiais)
Malawi	118	10.356	Lilongue	inglês e chichewa (oficiais)
Moçambique	799	14.872	Maputo	português (of) e idiomas bantu
Namíbia	824	1.534	Windhoek	inglês, africaner alemão (of); bantu
Suazilândia	17	792	Mbabane	suazi e inglês (oficiais)
Tanzânia	945	24.403	Dar-es-Salam	suahili (of); inglês e dial. bantu
Zâmbia	752	8.638	Lusaka	inglês (of) e dialetos bantu
Zimbábue	390	10.583	Harare	inglês (of) e dialetos bantu

FONTE: Guia do Terceiro Mundo, Bd. 1993

OBS.: (*) Capitais administrativa, legislativa e judiciária, respectivamente

Um planalto central domina o terreno, cercado por pequenas planícies costeiras. O deserto do Kalahari ocupa quase a totalidade dos territórios da Namíbia e Botswana, além de grande parte da África do Sul. A bacia do grande Rio Zambeze e os grandes lagos do Niassa e Tanganica completam a paisagem.

A grande fonte de riquezas na região é seu rico subsolo. No planalto, explora-se o diamante, ouro, carvão, cobre e urânio, entre outros. O petróleo é explorado com bastante sucesso em Angola. A agricultura é pouco desenvolvida, exceto na África do Sul e no Zimbábue. O país mais industrializado da região é

a África do Sul. Nos demais, a industrialização é bastante fraca.

Grande é a quantidade de trabalhadores que se deslocam para os países vizinhos, principalmente para a África do Sul, a fim de trabalharem nas minas ou indústrias, que terminam por se tornarem importante fonte de recursos para seus países de origem.

Os indicadores sociais indicam a grande pobreza da região. Mesmo entre os países com melhor situação sócio-econômica, nota-se uma grande concentração da riqueza nas mãos de suas elites. (Ver quadro nº 2).

Quadro nº 2 — ÁFRICA AUSTRAL — INDICATIVOS SÓCIO-ECONÔMICOS

PAÍS	DENSIDADE POPULACIONAL (hab/km ²)	MORTALIDADE INFANTIL (%)	ESPERANÇA DE VIDA (masculina)	PNB PER CAPITA (US\$)
África do Sul	32,6	58	57,5	2530
Angola	8,3	137	42,9	Não disponível
Botswana	2,3	67	55,5	2040
Lesotho	60,5	100	51,5	530
Malawi	87,4	44	48,3	300
Moçambique	18,6	141	44,9	80
Namíbia	1,9	106	55,0	1030
Suazilândia	45,6	118	53,7	810
Tanzânia	25,8	106	51,3	110
Zâmbia	11,5	80	52,4	420
Zimbábue	37,1	66	56,5	640

FONTE: Guia do Terceiro Mundo, Bd, 1993

Ocupam posição desfavorável os países do chamado *hinterland*, Zâmbia, Malawi e Zimbabwe, por não serem dotados de saída para o mar, dependendo inteiramente de seus vizinhos para a prática do comércio internacional. Dentro do território da África do Sul, encontra-se os enclaves do Botswana, Lesotho e Suazilândia, cujas economias estão umbilicalmente ligadas à sul-africana.

Como conseqüência, tornam-se fundamentais para a região os chamados "corredores de exportação", formados por conjuntos de estradas de ferro e rodagem que ligam os países do *hinterland* a portos oceânicos. Entre estes corredores destacam-se a ferrovia Tan-Zan, que permite o escoamento da produção zambiana através da Tanzânia; os corredores de Nacala, Beira e Limpopo, que permitem a ligação do Malawi e Zimbabwe com os portos moçambicanos; e a ferrovia ligando o Zimbabwe à Cidade do Cabo, através do território do Botswana.

A interdependência na África Austral nasce das origens históricas comuns aos povos da região, da parcela da população em constante movimento entre os diversos países, à procura de trabalho (acentuada pela presença dos deslocados pelas guerras), bem como da importância de se compartilhar os corredores de exportação.

DOS PRIMEIROS POVOADORES À CHEGADA DOS EUROPEUS

Originariamente, a África Austral era ocupada pelos povos Khoi-Khoi e San (bosquímanos e hotentotes), que viviam na Idade da Pedra. Na altura do século II d.C., inicia-se a grande migração dos povos bantu, originários da África Ocidental, para a região. Eles alcançam os atuais Angola, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia e Moçambique, chegando, no século XVI, à região de Natal, no leste da África do Sul. Durante a sua expansão, organizam-se em famílias, clãs e, mais tarde, em tribos. A população original foi assimilada ou expulsa para áreas menos férteis.

Na altura do século X, surgem os Estados Bantu, inicialmente na bacia do Congo e posteriormente, no sudeste da região. Destes, os mais importantes são os Estados do Congo, Zimbabwe e Monomotapa.

Estes Estados incrementam a prática do comércio, principalmente com os navegadores árabes e indonésios. Seus principais produtos de exportação eram ouro, ferro, cobre, marfim e escravos. O comércio na costa do Índico tornou-se bastante importante, a partir do século XIII, o que ajudou a consolidar o poder dos Estados Bantu.

Os árabes também povoam a região da costa do Índico, a partir do século VII, quando criam importantes entrepostos comerciais, como Quíloa, Mom-

baça e a Ilha de Moçambique.¹ Sua influência será maior na Tanzânia e no norte de Moçambique, onde predominará a religião islâmica.

Os Portugueses

Os portugueses, à procura do caminho para as Índias, chegam ao Congo em 1482, ao Cabo da Boa Esperança, em 1497 e, em 1502, Vasco da Gama impunha tributo à Quiloa, na atual Tanzânia. Ao aportarem na África, pretendiam criar pontos de apoio aos seus navegadores que demandassem ao oriente, instalando feitorias e estabelecendo relações amistosas com a população local.

No Congo, o rei Nzinga Nkuvu converte-se ao cristianismo, trocando embaixadas com Portugal.

A escravidão já existia entre os bantu, principalmente como resultado de derrota nas guerras tribais. Logo, o rei do Congo autorizaria aos portugueses o recrutamento de escravos como mão-de-obra para suas plantações em São Tomé e no Brasil. Em breve, o tráfico de escravos toma proporções inimagináveis, convertendo-se, mesmo, em fonte de riqueza para os reis locais, que passam a guerrear entre si, arrebanhando cada vez mais homens a serem vendidos.

O interesse português por Moçambique foi estimulado, inicialmente, pela procura do ouro e marfim, que eram levados para as Índias, onde eram trocados por especiarias. Essa presença opõe os interesses de Portugal e dos mercados árabes, gerando lutas e conflitos ao longo da costa oriental africana, até que, em 1752, um acordo árabe-português determina o limite nas áreas de influências de ambos como o Cabo Delgado.² A cristianização dos reis favorece a estratégia portuguesa de ocupação da área, com o declínio do Estado Monomotapa.

Os Boêres

A região do Cabo da Boa Esperança foi ocupada pelos holandeses da Campanha das Índias Orientais, que aí instalaram um núcleo de colonização, destinado ao apoio dos navios em viagem ao Oriente, criando pequenas fazendas. Em breve, os *boêres*³ estavam em guerra contra os Khoi-Khoi, embrenhando-se pelo interior a fim de conquistar novas terras. No século XVIII, os conflitos entre brancos e negros no extremo sul da África atingiram tal intensidade que foram registradas sete grandes guerras entre *boêres* e *cafres*.⁴ A partir desta

1. Ilha de Mussa-Al-Biq, árabe que ali se estabeleceu e criou a primeira mesquita da região.

2. Atual fronteira entre Moçambique e Tanzânia.

3. Fazendeiros.

4. Nome pejorativo dado aos negros.

época, os holandeses da África passaram a se autodenominarem *afrikaners*.

A expansão dos *boêres* em direção ao interior gerou sérias disputas pelo espaço vital, iniciando um período de guerra entre diversas tribos que habitavam a região a leste do Transvaal.

Dentre os povos envolvidos, encontravam-se os *zulus*, povo de origem bantu, liderados por Chaka. Chaka possuía uma grande visão estratégica, moldando seu povo para fazer dele um exército permanente de mais de 100.000 homens, que empregou na disputa contra as demais tribos.

Chaka e seu exército zulu foram como um verdadeiro furacão entre os povos negros do sul, obrigando-os a migração para o norte e oeste, num movimento de reacomodação de toda a população negra do oeste da África Austral.

Os Ingleses no Cabo da Boa Esperança

Em 1806, ante o enfraquecimento do Império colonial holandês, os ingleses começaram a se estabelecer na região do Cabo da Boa Esperança, onde tentaram lançar as bases de uma burguesia comerciante. A oposição dos descendentes dos holandeses torna-se aguda, a ponto de provocar a grande migração dos *boêres* para o interior, em 1834, conhecida como *great trek*. Nessa sua marcha, os *boêres* enfrentam as tribos locais, expulsando-as para o norte,

vindo, finalmente, a se estabelecerem nas regiões do Transvaal e Orange, proclamados independentes em 1852 e 1854.

A descoberta de ouro e diamantes no Transvaal, aliada à percepção inglesa do valor estratégico da região, faz com que estes proponham a criação de uma federação entre a província do Cabo e os Estados livres do Transvaal e Orange. A idéia foi rejeitada pelos *boêres* e em 1899, estorou uma violenta guerra entre os brancos do sul da África. Depois de três anos de guerra, e 50.000 mortos, os *boêres* se rendem, aceitando a tutela britânica em troca de alguma autonomia regional.

Em 1910, é criada a União Sul-Africana, independente, como domínio da Coroa Britânica, como o Canadá e a Austrália. Nasce da federação das províncias do Cabo e de Natal, com o Transvaal e Orange.

A PARTILHA DO TERRITÓRIO

A conquista dos territórios africanos pelas potências européias, a partir da segunda metade do século XIX, foi uma consequência direta da industrialização. Grã-Bretanha, França e Alemanha precisavam de matérias-primas para seus parques industriais, bem como de mercados consumidores para seus produtos.

A abolição da escravatura nesses países, muitas vezes apresentada como um ato humanitário, seguia uma razão de ordem econômica: não mais havia interesse em levar homens para as plantações, onde seus braços eram cada vez menos necessários, já que as máquinas começavam a substituí-los. Era melhor que eles permanecessem na África, servindo de mão-de-obra barata para a produção agrícola e mineral destinada as indústrias metropolitanas, bem como consumidores de produtos europeus.

Exploradores, como os famosos Livingstone, Stanley e Cameron, começavam a descortinar a potencialidade do interior do continente. Missões religiosas, católicas e evangélicas, estabeleciam-se em diversos pontos. Cabia, agora, disciplinar a ocupação territorial, a fim de se evitar conflitos.

Neste sentido, é organizada, em 1884-85, a Conferência de Berlim. Dela surge um princípio básico que definirá o traçado das fronteiras africanas, quando ela determina que a simples presença no litoral não assegura a posse do interior, a menos que devidamente ocupado e informado às potências.

Em conseqüência, desencadeia-se a corrida ao interior do continente.

Portugal, embora detentor de tradição histórica da ocupação da África Austral, já não tinha capacidade militar ou econômica de impor-se no novo quadro que se delineava. Perdeu, assim, a posse dos planaltos entre Angola e Moçam-

bique para os ingleses, que aí tinha se estabelecido, através da atividade de Cecil Rhodes, à cabeça da *British South African Company*.

Na Niassalândia, a atividade de missionários britânicos assegurou a posse do território pela Grã-Bretanha.

A Ilha de Zanzibar, onde colonos ingleses dedicavam-se à cultura do trigo, café, chá e sisal, tornou-se, em 1890, um protetorado britânico.

Na África do Sul, os territórios da Basutolândia, Suzulândia e a Bexuanalândia tinham solicitado, ao governo britânico, que passassem à condição de Protetorados, ante a ameaça de serem incorporados pelos *boêres*, no que foram atendidos, criando-se três enclaves negros no território dos brancos sul-africanos.

Em 1884, o alemão Karl Peters desembarcara secretamente na costa de Tanganica, colhendo uma série de tratados, que somente foram divulgados após a Conferência de Berlim, quando o governo alemão tomou esses territórios sob sua proteção, criando a África Oriental Alemã.

Na África do Sudeste, instalara-se uma pequena colônia alemã, o que veio assegurar a posse do território pela Alemanha.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a União Sul-Africana, apoiando o esforço aliado, invade o Sudoeste Africano Alemão, recebendo, como reconhecimento, o mandato da Sociedade das Nações sobre este território.

Após o conflito, a Grã-Bretanha recebe o mandato da Comunidade das Nações sobre a África Oriental Alemã, que passa a chamar-se Tanganica, sendo reorganizada administrativamente, nos modelos das demais colônias. Era o fim da experiência efêmera de colonização alemã na África Austral.

Em 1918 já estava consolidado o quadro da ocupação européia do território africano. Iniciava-se a organização da exploração econômica das colônias, de acordo com as diversas políticas nacionais.

AS DIFERENTES POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO

Territórios Britânicos

A colonização britânica defendia dois princípios: autonomia financeira das colônias, condição e medida da autonomia política e uma repugnância pela centralização. Como colorário, chega-se à autoridade indireta (*indirect rule*), ou seja, o governo colonial apoiado nos chefes locais.

A exploração econômica era confiada a companhias, como a *British South Africa Company*, estabelecida na Rodésia, enquanto a direção administrativa era confiada a um governo local, responsável perante a metrópole. Posteriormente, são criados os conselhos executivos, destinados a coadjuvarem o

governador, e os conselhos legislativos, competentes para elaborar as leis da colônia, sob a aprovação do governador.

A administração britânica foi a mais feliz do ponto-de-vista da capacitação dos países à independência, com a formação, embora limitada, de quadros de diligentes capazes de assumir o comando de seus países.

Como consequência, foi possível a chegada ao poder dos partidos nacionalistas africanos através do voto, como na Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Botswana, Lesotho e Suazilândia.

Territórios Portugueses

Para o colonizador português, a ascensão dos inativos para a civilização era algo muito lento. Para Salazar, dever-se-ia, em primeiro lugar, realizar uma transição agrária, destinada a iniciação à civilização, para, então, poder lançar o nativo ao mundo industrial moderno.

A exploração da mão-de-obra negra supriu, nas colônias portuguesas mais do que em qualquer outro local, o fraco nível dos investimentos.

Em 1920, era concedida autonomia financeira a Angola e Moçambique, com a possibilidade de contraírem empréstimos. Ambos se endividaram acima de suas possibilidades, sendo salvos da bancarrota por intervenção da metrópole. Em contrapartida, tornava-se muito rígido o controle de Portugal no que se refere a finanças.

O Ato Colonial de 1930 consolida o total domínio econômico e político por parte da metrópole. Portugal queria apegar-se às suas colônias, consideradas um legado histórico.

O responsável pela administração era o Ministro das Colônias, representado por um governador-geral. Adotava-se a administração direta das colônias.

Em 1951, Angola e Moçambique passam a ser "Províncias Ultramarinas", numa tentativa de aplacar as pressões externas. Portugal tornava-se um país transcontinental, "igualitário e fraterno".

Grande era a dependência portuguesa de seus territórios africanos, fontes de matérias-primas e escoadouro para a superpopulação metropolitana, ávida por terras a cultivar. Assim, são feitos esforços no sentido de dotá-las de infraestrutura moderna, melhorando as condições de vida nas cidades e estabelecendo uma estrutura viária capaz de sustentar o esforço de desenvolvimento. O capital estrangeiro é aceito na exploração das potencialidades, como ouro, petróleo e diamante em Angola.

Este fomento ao desenvolvimento econômico não é acompanhado, contudo, de uma evolução sócio-política paralela.

A política colonial portuguesa, extremamente conservadora, não foi capaz de acompanhar a tendência natural de emancipação política das colônias africanas. Em consequência, as independências de Angola e Moçambique, retardadas em relação aos seus vizinhos, deram-se de forma traumática e violenta,

afetando a própria política interna metropolitana, através da Revolução de 25 de abril de 1974.

Para Angola e Moçambique, a transição para a independência também foi de grande dificuldade, principalmente pela falta de quadros realmente capazes de assumir a direção dos novos países, o que tem gerado instabilidade até os nossos dias.

Territórios Alemães

A participação alemã na colonização da África Austral foi efêmera, terminando logo após a Primeira Guerra Mundial.

Na verdade, a Alemanha atrasou-se na conquista de territórios coloniais, envolvida que estava na sua própria unificação política.

O Sudoeste Africano era um grande deserto, onde somente foram exploradas algumas minas de ouro, até a anexação pela União Sul-Africana.

Na África Oriental Alemã, inicialmente, tentou-se a exploração através de companhias. Contudo, ante seu insucesso, o governo alemão assume o controle total da colônia, adotando uma forma de administração direta e militarizada. A migração de colonos alemães, que passam a ocupar as melhores terras dos planaltos, gerou diversas revoltas da população local, normalmente abafadas sob grande quantidade de sangue.

RUMO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A presença européia na África Austral não se deu sem resistência da população local. Ao contrário, durante todo o período colonial, diversas foram as revoltas contra o conquistador, normalmente sufocadas sob um banho de sangue.

O nacionalismo africano vai permanecer, no entanto, sufocado até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando começa a dar provas de vitalidade. Os movimentos nacionalistas foram, em geral, apoiados pelos países comunistas, especialmente pela URSS e China, bem como pelos primeiros países a se tornarem independentes no continente, como a Argélia, Egito e Gana. Este apoio não era somente ideológico, mas, principalmente, através de fornecimento de material bélico e treinamento de pessoal.

O auxílio ao processo de independência das colônias africanas foi uma das primeiras tarefas levada a cabo pela Organização da Unidade Africana, onde foi criado o Comitê Africano de Libertação (CAL), organismo responsável pela estratégia global do combate anticolonialista.

As Rodésias

Em 1890 é implantada, em Salisbury, a Companhia da África do Sul, por Cecil Rhodes, administrando os planal-

tos entre Moçambique e Angola, a norte e sul do Rio Zambeze. Em 1895, esses territórios passam a denominar-se Rodésia do Norte e do Sul, com administração distintas.

O sul, mais desenvolvido e rico, tem uma maior população branca. Ao norte acorreram menos colônos. Dessa forma, ao fim da concessão da exploração pela Companhia da África do Sul, os sulistas rejeitam a união com o norte, considerado um fardo pesado. Ambos os territórios recebem o estatuto de colônias britânicas na década de 1920, com a vinda dos habituais órgãos executivo e legislativo. Em 1927, são descobertas ricas jazidas de cobre na Rodésia do Norte.

Em 1891, a Niassalândia tornou-se protetorado britânico, recebendo um governador. Devido ao seu isolamento, muito pouco colonos instalaram-se no país. A superpopulação dos yao e ngoni obriga-os a migrarem para as minas da Rodésia e África do Sul.

Esses territórios, isolados no interior do continente, necessitavam de ligações com o mar. São construídas vias férreas ligando-os ao porto moçambicano de Beira e à Cidade do Cabo.

O projeto britânico de colonização objetivava a criação de uma federação envolvendo os três territórios. Era uma forma de dotá-los de capacidade geopolítica de oporem-se à política sul-africana. Em 1953, a Federação é efetivamente criada, ainda sob o controle da metrópole.

A ascensão de partidos nacionalistas ao controle das câmaras legislativas da Rodésia do Norte e Niassalândia, contrários à Federação, fez com que o governo britânico considerasse válido o direito à secessão por parte desses territórios. Assim, em 1963, é proclamada a independência da Niassalândia, que passa a denominar-se Malawi, nome de uma etnia que estabeleceu um reino na região do lago Niassa. Em 1964, a Rodésia do Norte torna-se independente, sob o nome de Zâmbia.⁵

A evolução na Rodésia do Sul foi mais traumática. Neste território, a população branca tinha maior peso, assumindo o controle político do Conselho Legislativo, já em 1914. Leis escludentes aos negros criaram, a partir daí, um governo local racista e segregacionista.

O surgimento de movimentos nacionalistas negros acaba por empurrar para a direita toda a população branca. Esses movimentos tiveram o efeito de um grande divisonismo, o que impediu a unificação de sua luta. Dessa forma, não lograram obter expressão na Câmara Legislativa, diferentemente dos casos anteriores.

Ante a recusa britânica de conceder a independência ao país, por considerar o governo branco sem legitimidade para

assumir o poder, e estimulados pela divisão do movimento negro, os brancos voltam-se para a África do Sul, um aliado natural.

Em 1965, Ian Smith assumiu o poder, convocando um plebiscito onde a população branca referendou o desejo pela emancipação.

Logo, num gesto unilateral, declara a independência da Rodésia do Sul e inicia um governo de força, onde a minoria branca impõe-se sobre a maioria negra. Este não é reconhecido por país algum, tendo como seu único apoio externo o governo sul-africano. A ONU vota sanções econômicas contra seu regime, no que é prontamente acompanhada pela maioria dos países do mundo.

Tanganica e Zanzibar

Os britânicos tentaram realizar uma federação que unisse a Tanganica, Quênia e Uganda, prevendo organizar o *self-government* dentro desse quadro ampliado. Tal federação é, no entanto, rejeitada pelo Quênia e Uganda, que não aceitam incorporar o território do sul.

A transição começou a tomar vulto nas eleições de 1958, quando se destacou a figura de Julius Nyerere, criador da *Tanganyika African National Union* (TANU), que conquista todos os lugares destinados aos africanos no Conselho Legislativo.

5. Nome ligado ao Rio Zambeze, como aparece nos primeiros mapas da África.

Em 1961, é concedida a independência à Tanganica, com Nyerere tornando-se seu primeiro presidente.

Zanzibar constituía-se em um sultanato, sob protetorado britânico. Grande era a disputa entre a população de origem árabe e negra pelo poder. Em 1963, ascende a independência, sob uma monarquia constitucional dirigida pelo sultão e controlada pelos partidos árabes. Em 1964, um golpe de estado derruba o sultão, proclamando a República, sob o comando dos partidos negros.

Neste mesmo ano, o novo governo propõe a união à Tanganica, com quem tinha afinidades políticas, econômicas e geográficas.

Essa união passa a denominar-se Tanzânia.

Angola e Moçambique

Portugal procurou impedir, de todas as formas, o processo de independência de suas colônias africanas. Ao incorporá-las ao seu território metropolitano, como "províncias ultramarinas", desejava mostrar ao mundo que governava esses territórios de maneira igualitária e fraternal, onde não havia segregação ou racismo. Na verdade, o retardo sofrido pelo processo de libertação veio a gerar uma das mais sangrentas guerras coloniais da história, com conseqüências nefastas que perduram até os nossos dias.

A luta em Angola foi a mais sangrenta. Para Portugal, Angola possuía um enorme peso estratégico e econômico. Daí o grande esforço militar que desencadeou, visando a preservar sua colônia.

A guerra inicia-se em março de 1961, quando são desencadeados ataques contra fazendeiros portugueses, em uma verdadeira caça ao homem branco, com tentativas de destruição de fazendas e postos periféricos e sabotagens das vias de comunicações. Portugal responde evacuando os colonos para as cidades, desembarcando tropas pára-quadistas e armando os civis brancos. A repressão é muito forte, gerando um grande número de refugiados angolanos no exterior.

A rebelião teve apoio do Zaire, através da etnia baongo, comum aos dois países.

Surgem partidos a enquadrar a rebelião: a UPA e o MPLA.

A UPA⁶ criada em 1954, é dirigida por Holden Roberto, um baongo, com apoio dos dirigentes do Zaire-Lumumba e Mobuto. Em 1962, passa a chamar-se FNLA.⁷ Chega a criar um governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), reconhecido, à certa altura, pela OUA.

O MPLA⁸ teve, como fundador, o Dr. Agostinho Neto. É um movimento socialista que acusa a UPA de ser demasiado conservadora e ligada aos Estados Uni-

6. União das Populações de Angola.

7. Frente Nacional de Libertação de Angola.

8. Movimento Popular para a Libertação de Angola.

dos. Tem uma composição mais diversificada que a UPA e dispõe de uma organização mais disciplinada. Não aceito no Zaire, vai refugiar-se no Congo-Brazzaville e no enclave de Cabinda. Além dessas bases no norte, atuava a partir da Zâmbia. Era apoiado pelos quibundos, do centro do país.

O Comitê Africano de Libertação apoia inicialmente o GRAE, em detrimento do MPLA. Em 1965, após uma tentativa de golpe por parte do Ministro da Defesa, esse apoio diminuiu bastante, passando para o MPLA.

Em 1964, Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE separa-se de Holden Roberto. Depois de se juntar ao MPLA, faz um estágio na China, e acaba por criar a UNITA,⁹ contando com apoio de sua etnia, os umbundos, que, no sul e centro de Angola, constituem a maioria da população angolana.

A guerra colonial, carreando recursos e pessoal para a África, em breve vai torna-se motivo de revolta entre os oficiais do Exército português, que acabam por deflagrar a Revolução de 25 de abril de 1974, quando é derrubado o regime salazarista. Entre as primeiras medidas do novo governo português, está a negociação de um cessar-fogo nas colônias, iniciando o processo de independência.

Assim, em 15 de janeiro de 1975 é assinado o acordo de Alvor, que fixa a data de independência angolana, criando um governo de transição até lá.

Inicia-se o caos. Os três partidos lutam entre si, tentando assumir o futuro governo após a independência. As Forças Armadas do MPL¹⁰ exterminam as bases da FNLA na capital, na sangrenta batalha de Luanda.

O FNLA era apoiado pelas potências ocidentais. A UNITA, dominada pelo poder pessoal de Savimbi, foi apoiada pelos brancos e mais tarde, pela África do Sul. O MPLA era apoiado por países africanos socialistas, pelos países da Cortina de Ferro e Cuba, que mandou um corpo expedicionário em seu apoio. Além desses apoios externos, há um forte caráter tribalista na constituição dos diversos movimentos, cada um apoiado por uma das três principais etnias do país, inimigas entre si.

Em 11 de novembro de 1975, é declarada a independência, após o fim do governo transitório. Simultaneamente, os três partidos tentam ser legitimados como os novos donos do poder. O MPLA domina a capital e é reconhecido rapidamente por numerosos países, enquanto os outros dois dominam áreas do interior do país.

Em Moçambique, a luta anticolonial é conduzida pela FRELIMO,¹¹ único

9. União Nacional para a Independência Total de Angola.

10. As FAPLLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

11. Frente de Libertação de Moçambique.

movimento com capacidade de liderar a oposição ao domínio português.

A Frente fora fundada em 1962, por Eduardo Mondlane, passando a contar com o apoio da Tanzânia e do CAL. Em 1964, inicia a guerrilha, atacando postos administrativos no norte do país, onde chega a criar uma Zona Liberada.

Após a Revolução de 25 de abril, torna-se o único interlocutor moçambicano a conduzir as negociações para a independência.

Em 7 de setembro de 1974, é assinado o Acordo de Lusaka, que prevê a independência em 25 de junho de 1975. Até lá, haveria um governo de transição.

Na data prevista, o partido da FRELIMO assume o governo, e Samora Machel, seu líder após o assassinato de Mondlane em 1969, torna-se o primeiro Presidente da República.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA

Com a independência dos países da África Austral, a política regional sofreria uma polarização radical: de um lado, os países de governo branco, de extrema direita; do outro, as novas nações negras, normalmente sob influência da ideologia marxista. O choque era inevitável e gerou uma teia de interesses extremamente intrincada, onde qualquer alteração na política interna de um país vai trazer conseqüências para toda a região.

Dizer-se que a culpa da instabilidade política deveu-se ao regime sul-africano do *apartheid* é simplificar o problema. Na verdade, os interesses das grandes potências na região, as rivalidades tribais ainda existentes, a falta de maturidade política dos novos governantes e governados e a situação de permanente miséria de muitos dos países, gerando graves crises sociais, são fatores que alimentam a permanente fogueira em que esta região tem vivido.

Após a independência, assumem os governos dos países do sul da África, partidos políticos de influência marxista. Há, mesmo, uma rede internacional, ligando estes países sob o "socialismo africano, criação do tanzaniano Nyerere. São adotados, em todos os casos, governos fortes de partido único. Uma exceção é o governo de Kamuzu Banda, presidente vitalício do Malawi, que se alinha com o governo sul-africano, estabelecendo uma das mais odiadas ditaduras da região.

Há, também, forte apoio aos movimentos de libertação dos países vizinhos, como foram os casos da FRELIMO em Moçambique, dos movimentos nacionalistas negros do Zimbabwe, da SWAPO, na Namíbia e do CNA, na África do Sul. Com relação a este último, foi criada, no intuito de apoiá-lo, a "Linha de Frente", englobando Angola, Tanzânia, Moçambique, Zimbabwe e Botswana, destinada a coordenar a luta contra o regime sul-africano.

Acompanhar a evolução política da região é, antes de mais nada, verificar que não houve grande mudança. O poder do colonizador foi substituído pelo poder totalitário dos partidos governistas. A opressão continuou, sob governos ditos "socialistas africanos". Não houve, na maioria dos casos, formação de verdadeiras nações, já que as divergências tribais e étnicas continuam muito fortes. Além disso, a miséria e o analfabetismo criaram uma forte apatia no tocante a eleições. Como na maioria desses países o voto não é obrigatório, observa-se que a participação popular na escolha de seus dirigentes, quando existe, é de pequena monta; ou seja, as eleições aparecem como referendos que confirmam o *status quo*.

É importante notar-se a importância dada pelo povo às figuras dos governantes e chefes. Samora Machel (Moçambique), Agostinho Neto (Angola), Jonas Savimbi (líder da UNITA), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Kamuzu Banda (Malawi), Seretse Khama (Botswana) e outros chefes são verdadeiros ídolos para seus liderados. Quando assumem o poder, dele não mais se afastam, eternizando-se pela força ou por eleições pouco legítimas. É a volta do rei tribal, o "grande pai", saudada com entusiasmo pelas populações.

Nos diversos conflitos regionais, pode-se constatar a força das antigas rivalidades tribais. Por trás das divergências políticas, estão vivos antigos

ódios étnicos. A repartição quase aleatória das terras africanas pelas potências europeias juntou povos inimigos dentro da mesma fronteira. Após a independência, tentou-se criar novos Estados, sem que tivessem unidade étnica. A crise era inevitável.

Após a queda do Muro de Berlim, a política regional perdeu seu aspecto ideologizado e começaram a aparecer movimentos liberalizantes em toda a África Austral. O multipartidarismo começa a ser aceito e eleições são marcadas. A própria crise econômica permanente exige uma maior abertura para o mundo. Tenta-se, também, uma integração regional, através da chamada Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) destinada a coordenar o desenvolvimento regional, integrada por todos os países da região, com exceção da África do Sul. A "Linha de Frente" passaria a prover apoio político à Comunidade.

Como sinais dessa abertura política, aconteceram eleições multipartidárias na Zâmbia e no Malawi, com a vitória das oposições. Estão previstas eleições, em finais de 1994, em Moçambique e, em 1995, na Tanzânia e no Zimbábue.

AS CRISES NA ÁFRICA AUSTRAL

Serão apreciados, a seguir, os mais importantes focos das principais crises

ocorridas na região da segunda metade deste século.

A África do Sul e o *Apartheid*

A Guerra dos *Boêres* gerou, na União Sul Africana, uma classe de brancos empobrecidos, descendentes dos holandeses, profundamente frustrados pela derrota na guerra, acostumados a empregarem o negro como mão-de-obra barata em suas fazendas, segregando-se de forma radical. Por outro lado, os ingleses tentam criar uma mentalidade mais liberal, ligando-se ao capital minerador e comercial. Mesmo entre estes, contudo, já havia leis segregacionistas, regulamentando a utilização de mão-de-obra nativa e, muitas vezes, importadas dos países africanos e da Ásia.¹²

Na verdade, toda a implantação do regime racista sul-africano tem origem econômica, na medida em que as leis que o criaram visavam ao controle sobre a mão-de-obra negra disponível no país, barateando o custo da produção agrícola e mineral, e assegurando a posse das terras férteis pela minoria branca. Em geral, são leis de iniciativa dos *boêres*, adotadas em virtude da apatia dos descendentes dos ingleses, não muito interessados no problema.

Em 1913, são criadas verdadeiras "reservas de mão-de-obra", os *bantustões*, equivalentes a 7% do território nacional, onde a população negra foi confinada.

A criação, em 1912, do Partido Nacional (PN) vai ser apoiada pelos brancos pobres, frustrados por terem perdido a guerra e suas terras. Sua ideologia de extrema-direita contagia os *africanders*, ao passar a utilizar-se de conceitos como raça, religião e tradição, e pregar e repulsa aos negros, imigrantes¹³ e comunistas.

A crise econômica de 1924, gerando desemprego e recessão, favoreceu o esforço do Partido Nacional, que passa a compor o governo. Após a Segunda Guerra Mundial, esse poder foi consolidado, quando o PN assumiu a maioria no Parlamento e passou a dominar o cenário político nacional.

A partir daí, são estabelecidas as bases legais para o regime racista, através da promulgação de diversos decretos e leis que consolidaram o regime do *apartheid*, em 1948.

A resistência negra nasceu em 1912, com a criação do Congresso Nacional Africano (CNA). Inicialmente, sua ação era orientada para a não-violência, tentando obter, para os negros, alguma forma de participação política, através do convencimento da minoria branca e

12. A partir de 1850, os ingleses criaram "Companhias de Importação" da mão-de-obra nos países vizinhos.

13. Asiáticos.

pretendendo denunciar, para o mundo, a injustiça do regime. Com o tempo, deixou de ser somente um movimento de intelectuais, engajando-se mais profundamente na luta anti-racista, embora usando métodos não-violentos.

As greves e a movimentação sindical fizeram surgir um grupo de jovens mais radicais que, ao poucos, passaram a dominar as ações do Partido. Entre eles, Nelson Mandela e Oliver Tambo.

OCNA pregava a abolição do racismo e a redistribuição de riquezas, dentro de um novo governo multi-racial.

Os setores do CNA que não concordavam com a idéia do governo multi-racial criaram o Congresso Pan-Africano (PAC). Este convocou uma manifestação de protesto em Sharpeville, em 1960, que acaba sendo duramente reprimida, com mais de 70 mortos. A partir daí, o CNA e o PAC são colocados na ilegalidade e Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua.

Os dois partidos partem para a luta armada, criando seus grupos guerrilheiros. Estes, contudo, não conseguem obter grande êxito, combatidos que foram pela forte ação governamental.

O regime do *apartheid* conseguiu trazer para a África do Sul grande quantidade de capital estrangeiro, embora politicamente condenado por muitos países. Houve uma real prosperidade econômica, não acompanhada, contudo, por uma evolução social, em virtude do sistema segregacionista e da má distribuição de rendas.

A superpopulação negra nos bantustões, aliada à miséria nessas regiões, forçaram o êxodo para os arredores das grandes cidades brancas, onde são criados subúrbios negros, como o Soweto, em Johannesburgo. As rebeliões nesses bairros mostraram ao mundo, mais uma vez, a dura face do regime. E o poder branco viu-se obrigado a adotar medidas conciliatórias. Inicialmente, tentou propor a independência dos bantustões, como o Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana, com o objetivo de diminuir a migração interna dos desempregados. Seus governantes teriam direito a promulgar suas próprias leis, desde que aprovadas pelo governo sul-africano. Nenhum governo do mundo reconheceu, no entanto, os governos títeres dos bantustões.

Tenta-se, também, uma ofensiva diplomática, acenando com a paz com Angola e a não interferência em Moçambique, além da independência da Namíbia. Essas iniciativas ficam, no entanto, no campo das palavras, já que na prática não foram implementadas.

Passou a haver, então, uma grande mobilização da opinião pública mundial contra o *apartheid*, exercendo grande pressão sobre o governo de Pretória. Um reforço para essa pressão foi a concessão do Prêmio Nobel da Paz para o bispo negro Desmond Tutu, em 1984.

Mas a abertura real do regime sul-africano somente iria se dar quando da mudança do relacionamento EUA - URSS, com a Perestroika de Gorbachov.

Em 1989, Federik de Klerk assume o governo. Sua posse coincide com o auge da pressão externa contra o regime sul-africano e com a queda do Muro de Berlim, que trará profundas modificações no cenário político internacional. Com uma postura mais liberal que seus antecessores, de Klerk compreende a necessidade de mudanças internas que pudessem tirar o país do isolamento político em que se encontrava.

Adota, então, medidas de grande repercussão: liberação de Mandela; autorização para o funcionamento dos partidos proscritos CNA e PAC, entre outros; a revogação de medidas segregacionistas; negociações com Angola no sentido de retirar o apoio às forças da UNITA, em guerra contra o governo; independência da Namíbia; e reaproximação com a União Soviética.

Ao ser libertado, Mandela adota um discurso moderado e conciliador, que facilita, em muito, a abertura política do regime.

Há, no entanto, resistências, entre os brancos de extrema direita e entre os negros do PAC e do Partido Inkhata, do chefe zulu Buthelezi, que, por diversas razões se opunham a esta aproximação. Os extremos se juntam, nessa tentativa de impedir o processo liberalizante. Há uma proposta de criação, por esses elementos radicais, de zonas independentes brancas e negras, sem qualquer integração entre elas. Eles promovem distúrbios e atentados generalizados.

O futuro da África do Sul já estava traçado, no entanto. Contando com o apoio da maioria das populações branca e negra, de Klerk convocou eleições gerais realizadas em abril de 1994. Antes, uma nova Constituição entrou em vigor, abolindo o regime do *apartheid* e estabelecendo os direitos e garantias individuais, estendidas a todos os cidadãos.

A nova Constituição interina visou reforçar o governo transitório de unidade nacional dos seguintes cinco anos, criando, simultaneamente, as bases para uma lei fundamental definitiva.

Essa Constituição propõe-se a garantir a cidadania a todos os sul-africanos em um Estado soberano e constitucionalmente democrático, onde exista igualdade entre homens e mulheres e pessoas de todas as raças.

Uma Assembléia Constituinte adotará a Constituição definitiva da África do Sul. No documento interino, é consagrada a Carta dos Direitos Fundamentais,¹⁴ adotadas onze línguas oficiais e dois hinos nacionais.¹⁵

O Parlamento eleito por cinco anos é formado pela Assembléia Nacional e pelo Senado. A Assembléia é composta por 400 membros, eleitos em representação proporcional. O Senado tem 90 membros, 10 em cada província, nomeados a partir da lista dos deputados regionais.

14. *Bill of Rights*.

15. O velho e o novo.

Cada partido com mais de 80 lugares na Assembléia Nacional¹⁶ pode escolher um de seus membros para ser um dos dois vice-presidentes do governo.

No respeito à segurança, continuam a operar as Forças Armadas atuais, agora denominadas SANDF — *South African National Defense Forces*.

As eleições ocorreram em clima de grande expectativa, mas sem incidentes.

O grande vencedor, como já era apontado pela pesquisa de opinião, foi o CNA, com Nelson Mandela assumindo a Presidência da República. O Partido Nacional foi o segundo colocado. Os partidos radicais obtiveram pequena quantidade de votos. É o início de uma nova era para a África do Sul e, por extensão, para a África Austral.

O Zimbábue

Após a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul, por Ian Smith, em 1965, inicia-se um governo racista e totalitário. Contra ele é imposto, pelas Nações Unidas, um boicote comercial. A África do Sul e Portugal negam-se, no entanto, a adotar o boicote, tornando-o inócuo.

A população negra passa a adotar, em consequência, a luta armada, visando a derrubar o regime. São criados dois

movimentos: A União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU).

A independência de Moçambique vai mudar o quadro na região, na medida em que o novo governo moçambicano adota, de imediato, as sanções contra o governo rodesiano e passa a apoiar os guerrilheiros da ZANU, enquanto a Zâmbia presta apoio à ZAPU. Ao mesmo tempo, é criada a chamada "Linha de Frente", que passa a coordenar as ações contra o regime racista. Esse apoio gera agressões da Rodésia aos territórios moçambicano e zambiano, causando grande destruição.

A ZANU e a ZAPU unificam-se, sob o comando de Robert Mugabe e Joshua Nkomo, na Frente Patriótica. Com o auxílio externo, conseguem levar a guerrilha à capital rodesiana, intensificando a luta armada e política.

O governo de Smith começa a ceder, até que, em 1979, a Grã-Bretanha convoca uma reunião entre as partes envolvidas, obtendo a transição para um regime eleito livremente, quando Mugabe (ZANU) assume o poder. Suas primeiras medidas foram no sentido de abrir a legislação racista. O país passa a chamar-se Zimbábue, em referência ao antigo reino negro havido na região.

A dissidência política, contudo, volta a conturbar o país, com a separação das forças da ZANU e o ressurgimento do terrorismo e atos de sabotagem.

Em 1987, eleito mais uma vez Presidente da República, Mugabe tenta

16. 20% do Total.

nova aproximação com a ZAPU, conseguindo unir os dois partidos em um partido, de forte tendência socialista: a ZANU-PF (*Patriotic Front*). Aparece, aí, mais uma vez, a tendência africana ao monopartidarismo.

Estão previstas eleições gerais para fevereiro de 1995. O governo, contudo, teve de prorrogar o prazo de inscrições do eleitorado, em face de sua fraca participação.

Prevê-se que o partido do governo, ZANU-Frente Patriótica, consiga manter a atual supremacia no Parlamento. Se o número de eleitores for de pequena monta, o Parlamento poderá ficar reduzido, devido à falta de votantes para apoiar cada um dos 120 deputados que devem ser eleitos por sufrágio universal.

A Namíbia

Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas da União Sul-Africana, apoiando o esforço aliado, invadem o Sudoeste Africano, então colônia alemã. Ao final do conflito, os sul-africanos recebem da Sociedade das Nações, o mandato sobre o território.

Em seguida, o governo sul-africano anexa o território recebido, instalando uma administração colonial, organizada sob os princípios do *apartheid*. Em 1947, a África do Sul tenta oficializar essa situação junto à ONU, no que é

contestada. Somente em 1968, contudo, a ONU tenta anular o mandato concedido sobre o território, proclamando a ilegalidade da ocupação. O país passa a ser denominado, para a Comunidade Internacional, Namíbia.

Ante a impassividade da comunidade internacional, é criada a Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO), em 1966, que parte para a luta armada.

A independência de Angola, em 1975, vai mudar o cenário na região, na medida em que os guerrilheiros da SWAPO passam a contar com uma retaguarda segura no território angolano. A guerrilha acentua-se e a África do Sul passa a agredir o próprio território angolano, a fim de destruir as bases guerrilheiras.

As potências ocidentais passam a pressionar o governo de Pretória para que se instaurasse no país um regime "moderado", antes que um poder revolucionário se estabelecesse. Assim, são realizadas eleições na Namíbia, para estabelecimento de um governo autônomo. Na verdade, essas eleições careceram de total legitimidade, tendo sido realizadas somente para atender às demandas externas. A SWAPO, impedida de participar, decide permanecer na luta armada. Esse governo títere vai durar até 1983, quando divergências políticas com a África do Sul fazem com que esta o dissolva.

A tentativa internacional de solução para o problema da Namíbia prossegue através de um grande esforço diplomático. A solução, no entanto, tinha que englobar o problema da guerra civil em

Angola, bem como a presença das tropas cubanas naquele país. Um acordo, nesse sentido, foi assinado em final de 1988. No início do ano seguinte, inicia-se a retirada das tropas de Pretória do território da Namíbia.

Em novembro de 1989, são realizadas eleições, dando à SWAPO a maioria das cadeiras no Parlamento. Em 21 de março de 1990, a Namíbia torna-se, finalmente, independente.

Atualmente, é um país de política interna bastante estável.

Angola

Após o término do governo de transição, os portugueses retiram-se de Angola. A independência é declarada, com cada um dos partidos proclamando-se o legítimo representante do povo angolano. O MPLA, no entanto, melhor instalado no território, ocupando a capital, é reconhecido pela maioria dos países como o novo governante de Angola.

O Zaire, apoiando a FNLA, e a África do Sul, em apoio à UNITA, invadem o território angolano, na tentativa de derrubar o governo instalado em Luanda. Agostinho Neto, presidente da república, pede apoio a Cuba, que envia um corpo expedicionário de 15.000 homens. Tendo suas forças reforçadas, as FAPLA¹⁷

conseguem expulsar os invasores de seu território.

Em fins de 1977, o MPLA realiza o seu primeiro Congresso, declarando-se marxista-lenista e adotando a nova sigla MPLA-Partido do Trabalho.

Em 1980, a UNITA volta a atuar, reiniciando a guerrilha contra o governo, com suporte e direção da África do Sul.

O apoio dado pelo governo angolano aos guerrilheiros da SWAPO, na sua luta pela libertação da Namíbia, desencadeou uma ação armada dos sul-africanos, que invadem o sul do país, em 1981. O ataque de Pretória, com blindados e aviação, causa muitos mortos e destruição, provocando o deslocamento de milhares de pessoas.

O quadro da crise estava formado: a UNITA em plena atividade guerrilheira, tentando desestabilizar o governo; tropas sul-africanas no sul do território, em franco apoio aos guerrilheiros; e, finalmente, um corpo expedicionário cubano que já chegava a 50.000 homens.

As negociações que se iniciaram, sob o patrocínio de países africanos, tinham de envolver, além da retirada das tropas estrangeiras do território angolano, a questão da independência da Namíbia e a realização de eleições livres em Angola. O primeiro acordo nesse sentido foi assinado em 1984, em Lusaca. Questão políticas, no entanto, adiam a solução do problema. Em 1988 as tropas cubanas iniciam sua retirada do país, sob a supervisão da ONU. Em 1990, a Namíbia torna-se independente. Nesse mesmo

17. Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

ano, a UNITA diz-se disposta a reconhecer o Estado angolano como previsto no Acordo de Alvor, de 1975, declarando-se favorável a aceitar um cessar-fogo, e o MPLA-PT afirma que o multipartidarismo é seu objetivo estratégico, aceitando a realização de eleições fiscalizadas por organismos internacionais. Finalmente, em 1991, é assinado o Acordo de Bicesse, que estabelece o cessar fogo entre as partes.

Por esse acordo, as Forças Armadas de ambos os contendores seriam desmobilizadas, criando-se as Forças Armadas de Angola, despartidarizadas.

Em abril de 1992, é anunciada, pelo presidente José Eduardo dos Santos, a data da eleições gerais: 29 e 30 de setembro daquele mesmo ano.

Na data prevista, são realizadas as primeiras eleições livres no país. Os resultados apontavam para uma vitória do MPLA-PT nas eleições legislativas, com a necessidade de se disputar um segundo turno das eleições presidenciais, onde concorreriam José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Esses resultados são contestados pela UNITA, que acusa as eleições de fraudulentas, embora a ONU confirmasse a legitimidade dos resultados.

A consequência desses fatos foi o abandono, pela UNITA, das negociações, voltando à luta armada. Uma grande ofensiva é lançada em todo o país, tentando a conquista dos principais centros e a expulsão dos administradores do MPLA. Os combatentes atingem toda Angola, em uma das guerras mais sangrentas da atualidade.

Moçambique

Após a independência moçambicana, assume o poder o Partido da FRELIMO,¹⁸ responsável pela condução da guerra de libertação.

Assim que assume o governo, o presidente Samora Machel, em uma plataforma marxista, anuncia medidas de grande repercussão: boicote ao governo racista da Rodésia do Sul, com apoio aos guerrilheiros da ZANU; medidas restritivas à permanência de portugueses no território moçambicano; nacionalização das empresas privadas; e criação de fazendas coletivas, forçando a movimentação da população rural para as novas cooperativas.

Tais medidas provocaram grande oposição interna e externa, principalmente por parte dos portugueses expulsos do país e do governo de Ian Smith. A partir daí, é organizado, com auxílio do Serviço Secreto rodésiano, um grupo guerrilheiro intitulado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), destinado a desestabilizar o governo da FRELIMO, através de ações de sabotagem. Simultaneamente, são lançados violentos ataques às bases da ZANU no território moçambicano, causando grande destruição, inclusive em instalações civis.

Com o fim do governo racista da Rodésia, a RENAMO passa a ser

18. Frente de Libertação de Moçambique.

apoiada pela África do Sul. Nesta altura, contudo, o movimento já tem vida própria, pela incorporação de parcelas da população moçambicana, insatisfeita com as medidas socializantes imposta pelo governo.

A estratégia da RENAMO era inviabilizar o projeto político econômico do governo, tomando impossível a circulação de mercadorias, através de ataques constantes nas estradas. Atacava, também, pequenas vilas e povoações, no centro e norte do país, usando de extrema violência, vindo a espalhar pânico e terror.

Um êxodo indiscutível a RENAMO alcançou: tornou impossível o transporte pelos corredores de exportação moçambicanos, fundamentais para os países do interior da região e importante fonte de renda para Moçambique. Assim, o governo teve de aceitar que tropas do Malawi e Zimbabwe se desdobrassem ao longo desses corredores, a fim de assegurarem a proteção aos seus comboios.

O início da abertura política na África do Sul, aliado ao novo momento vivido nas relações EUA-URSS, fizeram com que o apoio externo a ambos os contendores fosse reduzido significativamente.

Esse fato, somado à gigantesca crise econômica e social vivida pelo país, com milhares de refugiados e deslocados, e com sua população submetida à mais absoluta miséria, fizeram com que a FRELIMO e a RENAMO iniciassem

conversações de paz, que culminaram com a assinatura do Acordo de Roma, em 1992, que previa, entre outros aspectos: o cessar-fogo imediato; a desmobilização das forças de ambos os partidos; a criação de novas forças armadas, apartidárias; liberdade política para os novos partidos; e, finalmente, realização de eleições livres.

O conflito moçambicano foi menos influenciado pelas diferenças étnicas do que o caso angolano. Nota-se que ambos os contendores têm representatividade nacional, independentemente de questões tribais.

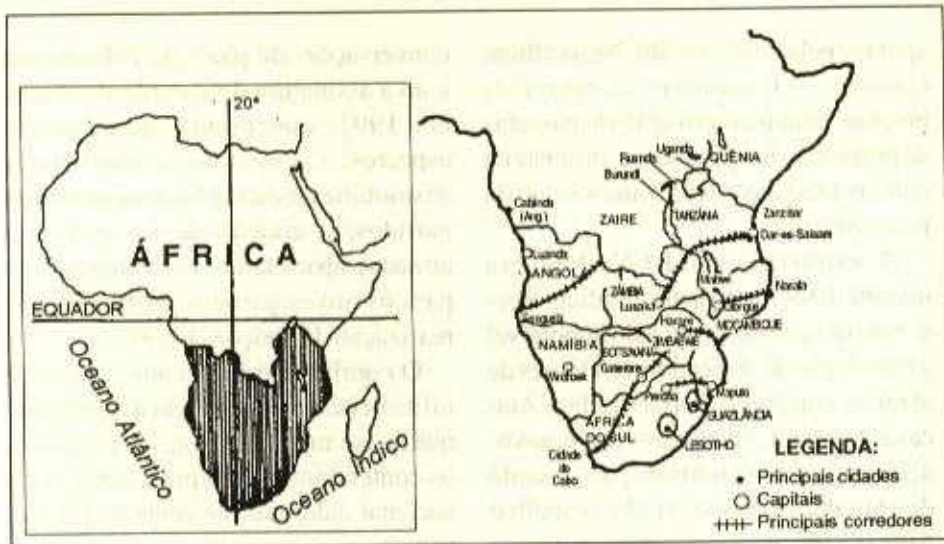
A fim de implementar as ações previstas no Acordo de Roma, bem como para coordenar a ajuda humanitária destinada aos países, foi criada, pelo ONU, a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).

Após anos de guerra, o país encontra-se com sua infra-estrutura completamente destruída e com sua população submetida a alguns dos piores índices sociais da África.

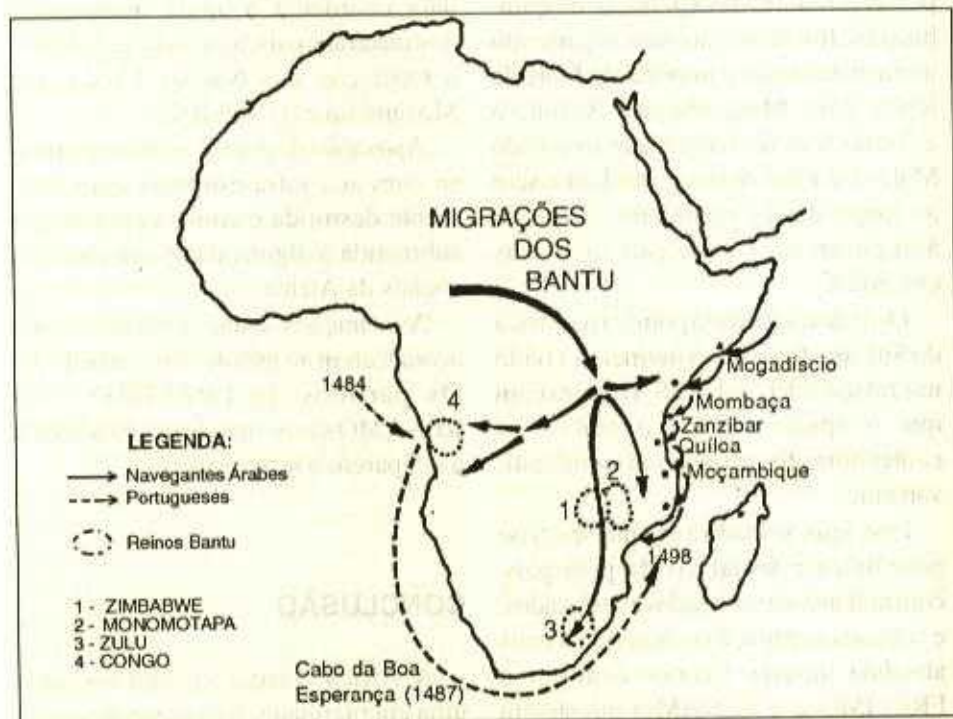
As eleições estão previstas para acontecerem no mês de outubro de 1994. Os partidos da FRELIMO e da RENAMO são os mais fortes candidatos a ocuparem o novo governo.

CONCLUSÃO

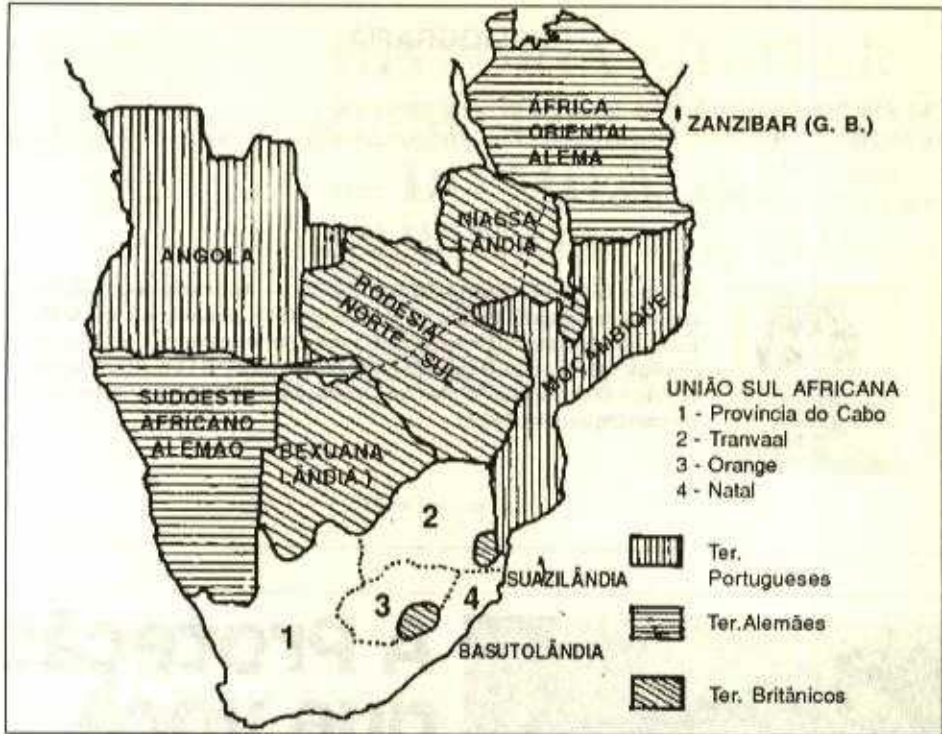
A África Austral encontra-se ante uma encruzilhada. Novas opções polí-



MAPA 1 — Localização e Divisão Política



MAPA 2 — Ocupação da Região



MAPA 3 — África Austral no início do Século XX

ticas, esperança de paz, tentativa de integração regional, retomada do desenvolvimento econômico e diminuição da miséria são desafios fundamentais. Se superados, representarão uma possibilidade de um melhor futuro; caso contrário, o recrudescimento das crises regionais.

O tribalismo ainda latente torna perplexos os próprios países da região. Conflitos seculares mostram-se vivos e fortes na entrada do século XXI. É nítido o caso de Angola, onde as rivalidades entre os povos quicongo, quibundo e umbundo alimentam a fogueira em que se encontra o país, criando sério obstáculo para a paz.

As respostas a algumas perguntas darão o novo rumo para o sul da África: Como irá portar-se a África do Sul “pós-Mandela”? o processo de paz moçambicano será bem-sucedido? Os partidos angolanos chegarão ao novo acordo de paz? O multipartidarismo é uma realidade nos países da região?

As dificuldades são muitas. Sente-se, no entanto, que sopram ventos novos. A ascensão do novo regime sul-africano foi festejada como a nova independência do país. Talvez tenha significado um novo começo para a África Austral. Esperemos.

BIBLIOGRAFIA

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa, 1976.

CASTRO, Therezinha. *África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, 1981.

Guia do Terceiro Mundo. Lisboa, 1993.



Capitão IVAN FERREIRA NEIVA FILHO — Aspirante-a-oficial do Quadro de Material Bélico da Turma de 1985, possui os cursos de Extensão de Material Bélico (EsMB) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAo). Serviu no 25º B Log (Es), na AMAN e no 27º B Log. Atualmente (1994) é Observador Militar na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).



A Proteção que você precisa...

- respiradores e máscaras com filtros
- máscaras com mangueiras de ar comprimido
- máscaras autônomas para salvamento
- detectores para gases tóxicos e combustíveis



Dräger Lubeca

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Rua Cidade de Bagdá, 554 - CEP 04377 - Vila Santa Catarina
Fone: 563-4111 (PABX) - Caixa Postal 21232 - CEP 04698
Telex: (11) 24259 LUBE BR - São Paulo - SP